

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente
BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo
MAURO GUIMARÃES — Diretor
FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe
MARCOS SÁ CORRÉA — Editor
FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente

Resistência Suspeita

Em matéria de finanças, a União se apresenta a rota e os estados se mostram esfarrapados. São Paulo tem uma arrecadação de fazer inveja a qualquer estado, mas o governador Orestes Querçia não agüentou puxar o gatilho dos vencimentos do funcionalismo paulista: as despesas saem pela culatra. É que os estados não repassam os seus custos e, portanto, ficam com uma defasagem fiscal de dois meses, até que o ICM reflita os aumentos de preços.

Generaliza-se e se multiplica velozmente a dificuldade financeira para administrações estaduais que acabam de se instalar e de verificar que assumiram as despesas do empreguismo eleitoral. As folhas de pagamentos e os compromissos pernudários inviabilizam qualquer intenção de austeridade administrativa. Assim, disparar o gatilho deixou de ser um ato de legítima defesa em favor dos assalariados. A sobrevivência financeira pede um novo mecanismo de emergência, para instituir reajustes compatíveis com a situação de ruína dos estados.

É cada dia mais evidente e urgente a necessidade de se despoliticizar a economia. Não há mais como conduzir o tratamento econômico dentro dos interesses políticos partidários. Melhor: para servir o PMDB ou — é indiferente a ordem — para o PMDB servir-se. Há uma clara resistência política ao novo ministro da Fazenda, preparada pelo PMDB e instalada dentro do governo. Por enquanto, discretamente. Em breve, ostensivamente. Os indícios são suficientes para que o Ministro Bresser Pereira ponha o presidente da República a par do que se desenha como programa político, para impedir que ele implante suas idéias econômicas e retire o Brasil das órbitas da inflação e da recessão. O PMDB não esconde a disposição de patrulhar seus atos e intenções, que são do conhecimento público desde antes de ser ministro. Com um olho na política econômica e outro nas futuras eleições, o PMDB não é interessado em medidas que resolvam as dificuldades brasileiras, e sim nas que mantenham as suas facilidades políticas à custa do contribuinte.

Políticos aprendem a fazer cálculos sempre a seu favor, mas contra a sociedade. Em matéria financeira, erram sempre contra o interesse público. Torna-se, por isso, imprescindível garantir ao novo ministro da Fazenda um prazo de carência para que ele ponha um mínimo de ordem na economia brasileira, a partir obviamente do próprio governo. Não cabe mais o contraponto do

Planejamento com a Fazenda. A gravidade da situação brasileira requer unidade de pensamento e de ação: portanto, comando único.

A dívida externa e as dificuldades somadas, internamente pela inflação e pela recessão não podem ser debeladas com a estratégia equivocada que arruinou o cruzado e devolveu os brasileiros à crise econômica. Comando único, financeiro e econômico, nas mãos do novo ministro da Fazenda — é o que a nação espera. Todos os equívocos e ilusões estão automaticamente desautorizados pelo malogro da política econômico-financeira do ministro anterior: sobrou apenas a mais alta taxa mensal de inflação já registrada neste país. O ex-ministro recusou, porém, a honra de anunciar a, e saiu antes.

Não há como suspender a vigência das leis da economia, para se restaurar a ordem no mercado e nas finanças públicas. A trégua possível é exatamente a despolitização da economia. Só um prazo de carência pode permitir ao novo ministro equacionar soluções de bom senso e objetivas. Não há de ser, no entanto, sob a pressão dos apetites eleitorais e da irresponsabilidade com que partidos propõem gastos sem prover os recursos.

O ministro Bresser Pereira é favorecido e ao mesmo tempo prejudicado pela transparência dos seus conceitos: como professor, há anos exprime seu pensamento em artigos de jornais. Mas exatamente porque a sociedade sabe o que ele pensa é que os políticos aboletados no governo, em especial os do PMDB, querem politizar as soluções naturais. Ora, uma inflação com as proporções dessa que se abate sobre os brasileiros só é redutível a curto prazo. A longo prazo, aumenta e prolonga o custo social.

Enquanto levanta o quadro grave de necessidades urgentes, o ministro Bresser Pereira evita manifestar-se, mas nem por isso os apetites políticos estão autorizados a tirar interpretações a respeito do que ele pensa como professor e exprimiu em artigos de jornais. Ninguém tem o direito de pretender aproveitar antecipadamente da coerência do ministro, que podia pensar com a liberdade do teórico como professor, mas que não pode deixar de ter em conta as circunstâncias objetivas ao tomar decisões como membro de um governo.

Não é ele o único responsável: todos os cidadãos têm o mesmo dever e o mesmo interesse em que a batalha contra a inflação termine em vitória, que nos dispense das privações e necessidades de uma recessão que espreita novamente o Brasil.